



## SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E LUTAS SOCIAIS: inflexões na cultura profissional

Marina Maciel Abreu<sup>1</sup>

### RESUMO

Discute-se a assistência e as lutas sociais da classe trabalhadora como os principais eixos da inserção do Serviço Social nas relações sociais e bases dos processos formadores da cultura profissional. Apontam-se tendências e inflexões na cultura profissional nas transformações contemporâneas marcadas pela precarização do trabalho e aprofundamento das desigualdades considerando: a centralidade da assistência como política no enfrentamento e controle da pobreza, hoje principal espaço de atuação dos assistentes sociais; e o refluxo das lutas sociais dos trabalhadores em nome de “uma acomodação dentro da ordem” (ANTUNES,1999) em que perde força a luta na perspectiva da emancipação humana.

**Palavras Chaves:** Serviço Social, Assistência Social, Lutas Sociais, Cultura Profissional, Transformações Contemporâneas.

### ABSTRACT

Discussion focusing on assistance and social struggles of the working class as the main axis of Social Work insertion in social relationships and in the basis of the professional culture forming processes. We point out to trends and inflections in the professional culture in contemporary changes marked by the precariousness of work and deepening of inequalities such as the central role of the assistance as a policy in coping and controlling poverty, which is the main performance space for social workers today, and reflux of social struggles of workers on behalf of "an accommodation within the order" (Antunes, 1999) that weakens the struggle in the perspective of human's emancipation.

**Keywords:** Social Work, Social Assistance, Social Struggles, Professional Culture, Contemporary Changes.

<sup>1</sup> Doutor. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). [maciel.m@uol.com.br](mailto:maciel.m@uol.com.br)

## 1- INTRODUÇÃO – AS BASES DO DEBATE

Nesta discussão, parte-se do pressuposto de que a partir da assistência e lutas sociais da classe trabalhadora – eixos principais da inserção do Serviço Social nas relações sociais<sup>2</sup> - são estruturados os nexos contraditórios da objetivação das relações pedagógicas constitutivas da prática dos assistentes sociais em diferentes modalidades e perfis, mediante às quais a profissão se insere nos processos formadores da cultura e constrói a própria cultura profissional, ou seja, o modo de pensar e agir dos assistentes sociais em sua inserção no âmbito da racionalização da produção e reprodução social e do controle social na sociedade capitalista. (ABREU, 2010).

A cultura nos termos gramscianos, pode ser concebida como um modo de viver, de pensar e de sentir a vida, indissociável dos métodos de trabalho (GRAMSCI, 2001), isto é, como sociabilidade, totalidade constituída na luta pela hegemonia que envolve o nexo orgânico entre a produção e reprodução social sob uma ordem intelectual e moral. Sob o ponto de vista da classe trabalhadora, a cultura inscreve-se como uma dimensão do movimento mais amplo de constituição de uma nova sociabilidade, integrada à luta pela hegemonia na sociedade.

No contexto atual da reestruturação do capital em crise sob a orientação neoliberal, e da crise do movimento operário em todo o mundo, segundo Bihl (1998) instaura-se uma profunda crise da cultura<sup>3</sup>, na medida em que as transformações no âmbito da produção e do trabalho e no âmbito do consumo ainda não conformam uma nova sociabilidade. Antes, revelam uma sociabilidade em crise cujas saídas capitalistas não imprimem um equilíbrio de forças favorável aos seus

---

<sup>2</sup> Considera-se que a assistência em suas contradições e diferentes formas de expressão (caridade, filantropia, direito) permanece historicamente como eixo central da organicidade da inserção do Serviço Social na sociedade capitalista (LOPES,1999), e que a partir dos anos 1980 na América Latina e particularmente no Brasil tenha se colocado a perspectiva concreta da inserção profissional a partir do eixo da luta e resistência das classes subalternas, ainda muito reduzida, através da requisição e legitimação da prática profissional em instituições/entidades de mediação política dessas classes como sindicatos e outras, ou “do trabalho que o assistente social desenvolve junto a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional” (CARDOSO, LOPES,2009).

<sup>3</sup> A crise cultural traduz-se, segundo Bihl (1998) na “*crise do sentido*”, que se revela na incapacidade própria das sociedades capitalistas desenvolvidas, de propor/impôr a seus membros uma ordem significativa. A saber, um conjunto de referências estável e coerente, no qual e pelo qual eles possam ao mesmo tempo construir sua identidade, comunicar-se e participar da práxis social, em síntese, dar sentido à sua existência tanto individual quanto coletiva (BIHL,1998,p.163).



interesses, moldando um novo modo de vida -, nem a classe trabalhadora tem empreendido formas de luta capazes de instaurar as bases de uma nova cultura. Há assim, um descompasso entre reestruturação produtiva e as normas sociais de consumo - dimensões constituintes das condições necessárias, segundo o autor, para uma saída capitalista à crise. Fato que contraria o que ocorreu no período pós II Guerra Mundial nos países centrais, com a disseminação do padrão fordista/taylorista de produção e trabalho e a reorganização da cultura dominante – a chamada cultura do bem-estar, fundada no pleno emprego e na ampliação das condições de consumo, via salários indiretos mediados pelos sistemas de seguridade social. Esta cultura plasmou a formação do trabalhador fordiano e com ele, contraditoriamente, criou-se uma nova conflitualidade de classe – condição e fonte de fortalecimento da cultura revolucionária, fundada na solidariedade da classe trabalhadora

que ganhou força com as conquistas socialistas a partir de 1917 com a revolução russa.

Sob esse ponto de vista, o modo de produção capitalista em sua essência, é recolocando em questão cabendo à classe trabalhadora em seu conjunto a resistência necessária para manter e fazer avançar a perspectiva anticapitalista e o ideário histórico da emancipação humana, e enfrentar o grande desafio que é a atualização de um novo projeto societário de inspiração socialista.

Diante deste quadro complexo, a cultura profissional do Serviço Social reflete estratégias educativas das classes sociais em confronto, formadoras da cultura na luta pela hegemonia, sejam as propostas pedagógicas subalternizantes, impostas pelo sistema de controle do capital sobre o trabalho e difundidas nas diferentes dimensões da vida social, em que se situam a “ajuda” e o “participacionismo”, mediados pelas ações assistenciais na reprodução do trabalhador, como elementos pedagógicos nucleares na construção e desenvolvimento do projeto profissional tradicional; sejam as propostas pedagógicas de resistência e emancipação da classe trabalhadora cujo núcleo central é o direito ao trabalho, que requisita dentre outros instrumentos, a mobilização e a educação popular para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular (ABREU,2010), - respaldam os avanços e consolidação do projeto ético-político profissional desde os anos 1980, pautado na luta pela emancipação humana que passa pelas conquistas democráticas no campo dos direitos sociais.

Os perfis pedagógicos da prática profissional identificados como



subalternizantes e de resistência e emancipatórios -, refletem as demandas contraditórias colocadas ao Serviço Social pelas classes sociais e se expressam no complexo profissional ( teórico, prático, organizativo, formativo) envolvendo as mediações sócio-institucionais e parâmetros legais. Estão na base da formação dos modos de ser da profissão em sua inserção histórica na sociedade, ou seja conformam a cultura profissional em suas especificidades e tendências.

**2- INFLEXÕES NA CULTURA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL:** entre a centralidade da assistência no controle da pobreza e o refluxo das lutas sociais dos trabalhadores

Uma questão de fundo que se coloca em relação aos eixos da organicidade da inserção dos assistentes sociais nas relações sociais capitalistas e da constituição da cultura profissional, que como hipótese requer aprofundamento, resume-se no fato de que enquanto a assistência social avança como principal mediação da prática profissional, fortalecida pelas estratégias neoliberais de controle e reprodução da força de trabalho, que negam direitos e tendem a reatualizar o atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores com ênfase na filantropia, ou seja, em que o acesso a bens e serviços necessários à reprodução do trabalhador se dá pela condição da pobreza - como pobre -, que assim se mantém com sua família em permanente estado de necessidade em relação à sua subsistência; enfraquece-se a vinculação profissional às lutas sociais na perspectiva da classe trabalhadora, estas em refluxo no atual contexto marcado pela flexibilização econômica, que ao mesmo tempo desemprega, precariza o trabalho, aumenta a pobreza e fragmenta a classe.

A relação histórica entre o Serviço Social e a Assistência é revigorada, na atualidade a partir do modelo de gestão “descentralizado e participativo” definido com base na Lei Orgânica da Assistência Social/1993 (LOAS) e no Sistema Único de Assistência Social/2005 (SUAS), com a ampliação da demanda do trabalho do assistente social e expansão para os municípios através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), como um profissional definido explicitamente na lei na composição das equipes de referência para atuação “na organização e ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica e especial.” (BRASIL,s/d p.23).



Ressalta-se que o atual arcabouço legal e institucional da assistência embora traduza reivindicações da classe trabalhadora incorporadas na Constituição Federal de

1988 como direito, quanto à garantia do acesso a bens e serviços necessários à subsistência de grande contingente dessa classe - desempregados e mesmo muitos empregados cujos rendimentos não são suficientes para cobrir as necessidades mínimas de sua subsistência e de sua família; ao mesmo tempo responde à necessidade histórica do capital de atualização e legitimação do seu sistema de controle sobre o trabalhador e de recomposição das bases político-culturais de legitimação de sua hegemonia fundada na subalternização do trabalhador, em que a assistência, como principal estratégia de enfrentamento e controle da pobreza constitui uma mediação fundamental.

De fato, no atual contexto de reestruturação capitalista que intensifica a precarização do trabalho e aprofunda as desigualdades, as medidas de alívio da pobreza com ênfase na transferência de renda, seguindo ditames de organismos financeiros internacionais, apresentam-se, de acordo com Leher (2011)

como a única possibilidade de política social (leia-se, de governabilidade) para a periferia do capitalismo – outrora criticada como uma opção pela barbárie, pois mantém os seres humanos miseráveis como *sobrantes* que somente não sucumbem biologicamente pela fome pois recebem uma magra bolsa (e sem ela retornariam a fome) –, são tidas como exemplo de governança progressista e opção pelo social, inclusive por muitos que vieram da esquerda.

Esta situação, sob o ponto de vista da classe trabalhadora se agrava com a crise do movimento operário e sindical, a partir dos anos 1990, no país, que favorece uma onda regressiva conservadora e acentua a luta social para o campo dos direitos; em detrimento da postura combativa, anticapitalista que marcara a década anterior em que a perspectiva de uma nova cultura no movimento de construção de sociedade se colocava como possibilidade concreta.

No movimento sindical, em seu núcleo dominante, a “postura de acomodação dentro da ordem” (ANTUNES,1999,p.241) fortalece uma conduta de parceria e busca de soluções negociadas para conflitos nas relações capital e trabalho e demandas imediatas dos trabalhadores, e incentiva a apregoada participação “conjunta entre capital e trabalho com vista ao ‘crescimento do país’” (idem). Tal postura contribui para a formação de uma cultura do colaboracionismo e do consenso na tentativa de dissimular os antagonismos de classes, ao mesmo tempo



em que atualiza e legitima o sistema de controle do capital sobre o trabalho.

Deste modo, as inflexões nas bases subjetivas e objetivas da organização autônoma da classe a partir da referência do trabalho enfraquecem suas próprias condições de elaboração de sua estratégia político-cultural na luta pela hegemonia, em que a educação popular perde a ênfase, inclusive no campo da pesquisa e debate acadêmico. Entretanto, cabe enfatizar que movimentos populares de resistência<sup>4</sup>, como é exemplar o caso da luta pela terra com o destacado protagonismo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) resgatam e revigoram educação popular na ótica classista, como eixo central e estratégia política da formação e organização<sup>5</sup> dos trabalhadores rurais e da cidade e formação de uma nova cultura.

Deste modo, a construção do trabalho profissional nos diferentes espaços sócio-institucionais são impulsionadas e tensionadas pelas contradições que conformam as condições de subsistência e resistência da classe trabalhadora, que como analisa LOPES (2009,p.10) vive uma profunda contradição entre “a necessidade histórica de sua organização como classe e a dependência de políticas assistenciais míseras (...)” para sua reprodução.

Destaca-se que as inflexões no processo de formação da cultura profissional do assistente social na atualidade são impulsionadas e por um lado, pelas demandas postas pelo fortalecimento e centralidade da assistência no enfrentamento e controle da pobreza que revigoram as posturas pedagógicas subalternizantes – em destaque a “ajuda” e o “participacionismo” - frente às necessidades colocadas pela intensificação da exploração, do envolvimento produtivo do trabalhador e do controle persuasivo do trabalho pelo capital. Tais posturas são acionadas para o enquadramento dos sujeitos nas exigências legais e normas institucionais de acesso aos serviços prestados nos estreitos limites impostos pelo padrão de acumulação e que alimentam uma visão acrítica e legitimadora desse sistema. Nesta perspectiva, a pedagogia embutida na política de assistência tende à despolitização e cooptação dos usuários e contribui para a

---

<sup>4</sup> Vale destacar no revigoramento da educação popular e, em *particular*, da formação política, pelos movimentos sociais no contexto latino-americano, “a experiência da luta dos povos originários (Zapatistas/ México, Conaie/Equador e Cocaleros/Bolívia) e movimentos camponeses (MST- Brasil)”. (LEHER, 2011)

<sup>5</sup> Como assinala Leher (2011), “não foi por outro motivo que no Brasil o primeiro germe da universidade popular foi edificado pelo MST: a Escola Nacional Florestan Fernandes”.



debilitação e inibição de formas de resistência e pressão em torno dos interesses imediatos e históricos da classe. Esta tendência é robustecida no debate intelectual pela penetração do pensamento pós-moderno, cujas idéias acentuam uma visão fragmentária da sociedade e reforçam a orientação ao individualismo em contraposição à perspectiva histórico-crítica do marxismo fundada na luta de classes.

Por outro lado, as contradições e desafios postos nas lutas sociais da classe trabalhadora, consubstanciam duas direções dos processos pedagógicos formadores da cultura profissional, isto é, desenvolvem-se entre o horizonte da cultura do “bem-estar”, tardiamente colocado nas lutas sociais dessa classe, a partir da incorporação de muitas demandas na Constituição Federal como direito - horizonte este tido muitas vezes como o fim último da intervenção profissional; e o da construção e nova superior cultura no processo de superação da ordem capitalista, profundamente tensionada com a derrocada das experiências do chamado socialismo real no final da década de 1980 que para muitos significou a perda do horizonte histórico de uma sociedade alternativa à capitalista e que o pensamento conservador, dito pós-moderno, utiliza para difundir o triunfo do sistema capitalista como horizonte histórico da humanidade.

Assim, em meio às contradições, destacam-se: a) processos pedagógicos que buscam vinculação às lutas no âmbito do direito à seguridade, embora legítimas e necessárias frente ao aprofundamento das desigualdades sociais, mantém a reprodução dos trabalhadores fora das relações salariais e reforça a dependência material e a submissão político-ideológica em relação às condições de subsistência física<sup>6</sup>, contribuindo para a reprodução de um modo de vida – ou seja, de ‘toda a maneira de ser’ de homens reprimidos pelas condições alienadas e reificadas da sociedade de mercado”, (MÉSZÁROS,2002,p.1008); b) iniciativas vinculadas às lutas a partir do trabalho, cujas contradições como assinalou Marx (1989,p.260), em relação ao direito ao trabalho,

---

<sup>6</sup> Os meios de subsistência física do trabalhador correspondem ao sentido mais estrito dos meios de vida (Marx,1989), os quais são minimizados continuamente na sociedade capitalista pela intensificação dos processos de exploração e alienação do trabalhador e traduzem a contraditoriedade entre a produção de necessidades múltiplas e ricas só alcançadas a partir desse sistema e o crescente empobrecimento do homem. Nesta relação, o ser que trabalha converte-se em ser isento de necessidades, isto é, ocorre a homogeneização e redução das necessidades do trabalhador, que deve privar-se de todas as suas necessidades para poder satisfazer uma só, manter-se vivo.



representam no sentido burguês, um contra senso, um desejo mísero, piedoso, mas por trás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, e por trás do poder sobre o capital, a apropriação dos meios de produção, sua subordinação à classe operária, associada, portanto, à superação dialética do trabalho assalariado, do capital e de suas correlações.

Tais lutas requisitam o fortalecimento de uma pedagogia própria da classe trabalhadora - de resistência e emancipatória – necessária na formação política e ideológica da classe trabalhadora em seu processo de constituição autônoma contraposta à ordem do capital e consubstanciada na produção e difusão do conhecimento crítico sobre as condições de vida e sua transformação em “bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1999, p.95).

### 3-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reitera-se que embora os redimensionamentos da cultura profissional tendam para retrocessos profissionais em relação às conquistas das três últimas décadas, considerando a centralidade da assistência como política de enfrentamento e controle da pobreza, e principal espaço da atuação profissional como dito antes; mantém-se a resistência a partir das entidades da organização profissional dos assistentes sociais que reafirmam e buscam fortalecer a direção estratégica do projeto ético-político profissional que se pauta na perspectiva da emancipação humana.

Nessa direção, colocam-se aos assistentes sociais comprometidos com as lutas e conquistas democráticas e emancipatórias da classe trabalhadora, a necessidade e o desafio de confrontar o debate sobre os instrumentos pedagógicos indispensáveis da luta dos trabalhadores dentre eles, a mobilização e a educação popular enquanto elementos nucleares da pedagogia da resistência e emancipatória e pensar as possibilidades de construção e avanço desses processos e instrumentos nos diversos espaços da atuação profissional.

### REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2010 (3ª edição).





ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. A formação profissional do assistente social no contexto da atual reestruturação do capital: respostas e questões das diretrizes curriculares no Brasil. CD-Rom/**Anais do 33º Congresso Mundial de Escolas de Trabalho Social “Crecimiento y Desigualdade – escenarios y desafios para el trabajo social Del siglo XXI”**. Santiago/ Chile: IASSW – International Organization of Schools of Social Work, Corporación Chilena para la Enseñanza del Trabajo Social – ACHETS, agosto, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política nacional de Assistência Social –PNAS/2004. Norma Operacional Básica –NOB-RH/SUAS, Brasília, s/d.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O Trabalho dos Assistentes Sociais nas organizações da classe trabalhadora. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social al: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

GRAMSCI, Antonio. **Os Cadernos do Cárcere**. Volumes 1 e 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, 2001.

LEHER, Roberto. **Educação Popular como Estratégia Política**.<http://www.univos.com/acesso> dia 10/01/2011.

LOPES, Josefa Batista. Os desafios, 30 anos depois. **Revista Inscrita**, ano VIII, n.XII.Brasília:CFESS, 2009.

LOPES, Josefa Batista. A relação Serviço Social - movimento social: indicações para um estudo. **Serviço Social & Movimento Social**, São Luís, v.1, n. 1, p. 7-20, jul./dez.1999.

MARX, Karl . O 13 de junho de 1849 (As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850). In FERNANDES, Florestan (org). **Marx e Engels**. São Paulo, Ática, 1989.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.